

# CRÉDITO SUPERVISIONADO E AS FINANÇAS DE PEQUENAS PROPRIEDADES NA ZONA RURAL DA NIGÉRIA

*C. J. Arene<sup>1</sup>*

*A. O. Eze<sup>2</sup>*

**RESUMO** - Este estudo analisa o impacto da supervisão de crédito nas finanças e na produtividade de pequenas propriedades em Enugu, Estado da Nigéria. Os resultados mostram que o número de agricultores supervisionados teve relação inversa com o nível de renda, enquanto a duração dos serviços dos supervisores, o nível de treinamento formal em agricultura e o número de visitas às propriedades mostram relação direta. O resultado da análise da regressão tobit revela que as chances de os agricultores tornarem-se bons credores (baixo risco de crédito) aumentarão com tamanho do empréstimo, tamanho da propriedade, renda, idade, experiência do agricultor, nível de educação formal, adoção de inovações e necessidade de crédito, enquanto as chances de eles se tornarem maus credores (alto risco de crédito) aumentarão com a distância entre a propriedade e com a fonte de crédito, tamanho da família e necessidade de crédito. Recomendam-se os programas que aumentam a produtividade e o nível de renda dos agricultores.

**Palavras-chaves:** Crédito supervisionado, pequenas propriedades, Nigéria.

## INTRODUÇÃO

Crédito supervisionado é um crédito de produção que é oferecido junto com a assistência técnica. O agente de crédito, que deve ser extensionista, ajuda o agricultor a realizar um plano de produção

---

<sup>1</sup> Professor, Departamento de Economia Agrícola, Universidade da Nigéria, Nsukka, Nigéria.

<sup>2</sup> Escritório de Extensão Rural, Projeto de Desenvolvimento Rural do Estado de Enugu, Nsukka, Nigéria.

para sua propriedade para o ano seguinte, o qual inclui uma estimativa da necessidade de crédito para financiá-lo e o possível valor do aumento da produção. O crédito é, então, providenciado na forma de moeda corrente ou na forma de insumos específicos e equipamentos. O agente de crédito visita o agricultor de vez em quando, fornece assistência técnica e confere se o agricultor está seguindo o plano previamente elaborado. Em alguns casos, novos insumos, tais como novas sementes, fertilizantes ou serviços de maquinaria, são ofertados. Assim, o crédito e a assistência técnica são complementares. O crédito assegura ao agricultor o financiamento de novas técnicas e estas, por sua vez, asseguram aumento suficiente na renda para reembolsar os empréstimos com os juros. A supervisão assegura que o crédito esteja sendo usado produtivamente.

Belshaw (1959) delineou os objetivos do crédito supervisionado da seguinte forma: (1) Ensinar, por meio de supervisores treinados e que trabalham diretamente com pequenos agricultores e suas famílias, práticas domésticas e como melhorar a propriedade; (2) Criar facilidades de crédito, de forma a atingir os agricultores. Esse crédito é para ser disponibilizado com base na capacidade de produção determinada por um plano previamente elaborado e não por outro critério. A taxa de juros deve ser modesta, e o período de reembolso deve ser estendido por tempo suficiente para facilitar a amortização; (3) Assistir os agricultores na seleção e na obtenção dos implementos, sementes e insumos que mais adequadamente servirão a suas necessidades, a preços mais razoáveis possíveis; (4) Promover o desenvolvimento de cooperativas agrícolas e, mais tarde, o setor de compras e comercialização; (5) Auxiliar na redistribuição de terra e no ajuste de famílias, seja no arrendamento de terras e, ou, na compra de terra adicional por meio de empréstimos, e, possivelmente, por meio da colonização de novas áreas por famílias de agricultores que estão vivendo em áreas congestionadas; e, acima de tudo, (6) Ensinar as famílias de agricultores a melhorar seus planos, de forma a produzir alimento suficiente para satisfazerem a suas necessidades e às de seus países.

Brossard (1952) considera o crédito como um serviço de bem-estar rural, uma parte apenas, mas das mais essenciais. A base de qualquer programa de crédito supervisionado é educação, ou seja, não só ensinar as práticas aos agricultores, mas também educar a família inteira

(considerada a unidade básica no progresso rural). Enfatiza que o bem-estar da família do agricultor é preocupação fundamental de um programa de crédito rural. Maris (1953) afirma que o crédito supervisionado não termina com o indivíduo que toma o empréstimo, visto que se preocupa também com a relação daqueles grupos e as cooperativas, de forma que o tomador de empréstimo tende a melhorar seu "status" financeiro. Por exemplo, um empréstimo pode ser feito mais seguramente por um agricultor que está em situação vantajosa para comprar e vender, do que por um que não esteja nessa posição.

Esses argumentos indicam que o sistema de crédito supervisionado não deveria ser considerado como um sistema bancário, mas como um serviço público de bem-estar rural. Os obstáculos que o crédito supervisionado é designado a superar existem se uma abordagem particular do sistema de extensão é tentada ou não, e, em qualquer caso, o argumento deste trabalho é que sejam requeridas medidas especiais no estabelecimento de esquemas de crédito supervisionado para minimizar esses obstáculos, quaisquer que sejam suas formas. Não é suficiente prover os agricultores de crédito; algumas vezes, o propósito para o que é tomado e a maneira como ele é dado determinam se é benéfico, ou não, ao agricultor.

Belshaw (1959) identifica dois tipos de situações de crédito: estática e dinâmica. Na situação estática, um agricultor usa crédito para produzir, mas não há aumento líquido ou mudança positiva na sua capacidade de produção. Na situação de crédito dinâmica, muda, positivamente, a capacidade de produção do agricultor e mantém seu nível de consumo. O problema, então, centra-se em como administrar essas situações na concessão de crédito aos agricultores.

Algumas pesquisas feitas sobre o uso de crédito por agricultores, em suas respectivas atividades na Nigéria, revelam desvios dos empréstimos para áreas não-agrícolas (Uzoaga, 1977; Chidebelu, 1983). Com vistas em evitá-los e permitir identificar quem é, de fato, agricultor, o esquema de crédito supervisionado tem sido largamente recomendado (Ijere, 1972). O Esquema de Crédito Rural Supervisionado do Estado de Enugu, Nigéria, teve início em 1980. Em termos de supervisão, a eficiência parece sacrificada, em razão da pequena relação supervisor/agricultor e de alguns outros problemas relacionados. Em termos de reembolso, os agricultores não foram consistentes em pagar seus

empréstimos. Assim, as duas questões que parecem afetar o esquema de crédito são supervisão deficiente e alta taxa de inadimplência.

Este estudo analisa o sistema de crédito do esquema com ênfase na supervisão e no desempenho de seu reembolso. O papel dos supervisores no esquema precisa ser avaliado uma vez que se requer racionalização para que o programa tenha continuidade. De acordo com Alvarez-quintero (1976), os programas de crédito agrícola supervisionado são, usualmente, de ação social, com conteúdo educacional e financeiro.

## METODOLOGIA

### Área de estudo:

O estudo foi conduzido em Enugu, Estado da Nigéria, em 1995. A escolha da área baseou-se, primariamente, no fato de a supervisão ser relativamente deficiente e no desempenho no pagamento dos empréstimos à época do estudo; secundariamente, em razão da proximidade da residência dos pesquisadores.

### Amostragem e coleta de dados:

Duzentos agricultores de mandioca e milho, tomadores de empréstimos do esquema no Estado, foram amostrados aleatoriamente. Os dados foram levantados por meio de entrevistas, usando-se dois questionários pré-testados.

### Método de análise dos dados:

Correlação, regressão Tobit e estatística descritiva foram, respectivamente, empregadas para analisar o desempenho da supervisão, a posição de reembolso dos agricultores e os problemas do esquema na visão dos supervisores e dos agricultores.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Características da supervisão relacionada com renda do agricultor (IC):

Número de agricultores supervisionados (FS): Há relação inversa entre IC e FS. O coeficiente de correlação é -0.72026 (Tabela 1), o que significa que a renda aumenta com o decréscimo do número de agricultores supervisionados. Adicionalmente, isto implica que, quanto menor o número de agricultores supervisionados, melhor é a qualidade da supervisão.

Tabela 1 - Coeficientes de correlação entre características de supervisão selecionadas e renda entre agricultores

IC (em Naira)	1.00000	-0.72026	0.89842*	0.86001*	0.99114**
FS (em pessoas)	-0.72026	1.00000	-0.59944	-0.90569*	-0.79951
LS (em anos)	0.89842*	-0.59944	1.00000	0.88526*	0.39854*
FT (em anos)	0.86001*	-0.90569*	0.88526*	1.00000	0.88375*
FV (em frequências)	0.99114**	-0.79951	0.89854*	0.88375*	1.00000

Nota: 22 Naira (moeda doméstica) = 1 US\$ (1995).

Fonte: Dados da pesquisa.

Duração do Serviço dos Supervisores (LS): LS é relacionado, positivamente, com IC. O coeficiente de correlação dessa variável com IC é igual a 0.89842, o que significa que, quanto mais experiência têm os supervisores, mais eles podem efetivamente lidar com os problemas dos agricultores e, conseqüentemente, contribuir para o aumento de suas rendas.

Nível de Treinamento Formal em Agricultura (FT): Essas características de supervisão têm relação direta com a renda dos agricultores. O coeficiente de correlação é 0.86001 (Tabela 1). Em outras palavras, quanto mais treinados são os supervisores em agricultura, mais os agricultores que eles supervisionam terão renda mais alta, porque eles podem oferecer mais conhecimento.

Número de Visitas à Propriedade (FV): FV é diretamente relacionado com IC, com coeficiente de correlação de 0.99114 (Tabela

1), o que significa que o aumento do número de visitas dos supervisores aos agricultores aumenta a renda destes. As freqüentes visitas à propriedade poderiam está sustentando a confiança dos agricultores na aceitação de novas tecnologias, desde que os supervisores pudessem ajudá-los a resolver seus problemas técnicos.

### **Análise do modelo de regressão Tobit:**

Em termos microeconômicos, o modelo Tobit descreve o comportamento de uma solução de canto (Blundell, 1992) e lida com dados censurados para a qual a regra de censura tem a forma

$$y_i = \begin{cases} y_i^* & \text{if } y_i^* > 0 \\ 0 & \text{if } y_i^* \leq 0 \end{cases}$$

Nesse caso,  $y_i^*$  é observado quando  $x_i\beta$  excede zero. Se este é um modelo de posição de risco de crédito, então o agricultor  $i$  é um bom credor (baixo risco de crédito), quando o reembolso do empréstimo é positivo. A estimativa de  $\beta$  deve levar em conta a censura nos dados.

Uma regressão de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) de  $y_i^*$  contra  $x_i$  produziria estimativas viesadas de  $\beta$ , e, dessa forma, a estatística Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) é computada para testar os efeitos conjuntos das variáveis independentes.

Na administração do crédito rural, muitas variáveis afetam a decisão de reembolsar os empréstimos. Os resultados da regressão Tobit para o agricultor e as variáveis que afetam a posição de risco de crédito sob estudo são mostrados na Tabela 2.

Tabela 2 – Resultado da regressão Tobit para o agricultor e variáveis que afetam a posição de risco de crédito

Constante	0.97 (1.862)
Tamanho do empréstimo (SL) (em Naira)	0.15 (5.026)*
Tamanho da propriedade (SF) (em hectares)	0.06 (2.000)**
Renda (IC) (em Naira)	0.19 (3.656) *
Idade dos agricultores (AF) (em anos)	0.03 (1.947)**
Experiência dos agricultores (EF) (em anos)	0.06 (2.816)
Distância entre casa e fonte de empréstimo (HL) (em quilômetros)	-0.11 (0.732)
Nível de educação formal dos agricultores (LE) (em anos)	0.07 (1.894)**
Tamanho da família (SH) (No. de dependentes)	-0.04 (0.601)
Adoção de inovações (IA) (em índices)	0.15 (2.546)*
Necessidade de crédito (NC) (em índices)	-0.14 (0.916)
Qui-quadrado ( $\chi^2$ )	143.7
Tamanho da amostra (n)	200
Grau de Liberdade (D.F)	10

\* e \* \* indicam níveis de significância estatística de 1% e 10%, respectivamente; Valores entre parênteses são t-valores.

Nota: 22 Naira (moeda doméstica) = 1 US\$ (1995).

Fonte: Dados da pesquisa.

Com exceção de HL, SH e NC, os coeficientes das outras oito variáveis são positivos (Tabela 2), indicando que, quanto maiores os valores assumidos por essas variáveis, mais provavelmente os agricultores serão bons credores e vice-versa. Os valores negativos dos coeficientes de HL SH, e NC revelam que os agricultores que ficam longe da fonte de empréstimo, com família extensa e necessidades de crédito altas, são menos capazes e estão menos dispostos a reembolsar seus empréstimos. O valor do Qui-quadrado de 143.7 indica que as duas categorias de

agricultores – bons e maus credores - são sócio-economicamente diferentes.

## **PROBLEMAS E CAUSAS DE INADIMPLÊNCIA NO PAGAMENTO DE EMPRÉSTIMOS**

Os supervisores listaram os seguintes problemas na operação do esquema:

1. Escassez de supervisores;
2. Desvios do empréstimo, para outros usos, pelos agricultores;
3. Falta de facilidades necessárias e adequadas ao funcionamento das operações do esquema; e
4. Estagnação no emprego.

Problemas comuns reportados pelos agricultores são: (1) Condição de tempo ruim; (2) Pestes e doenças; (3) Baixo rendimento; (4) Baixos preços de seus produtos agrícolas, especialmente durante os períodos de colheita; (5) Alto custo dos insumos; (6) Altos encargos de juros; e (7) Demoras na liberação dos empréstimos.

Os dois grupos (supervisores e agricultores) indicaram causas básicas da inadimplência, as quais diferiram entre supervisores e agricultores. As causas reportadas pelos supervisores incluem desvios de recursos, baixos preços dos produtos agrícolas, dificuldade na comercialização, baixo rendimento e atitudes negativas em relação às agências de crédito do próprio governo. Essas causas estão ordenadas na Tabela 3.



Tabela 3 - Causas da inadimplência na área de estudo conforme indicado pelos supervisores

"Rank"	Causas
1	Desvios de recursos
2	Dificuldade para comercialização dos produtos agrícolas
3	Baixo preço dos produtos agrícolas
4	Baixo rendimento
5	Atitudes negativas dos agricultores em relação às agências de crédito

Fonte: Dados da pesquisa.

As causas informadas pelos agricultores incluem condição de tempo ruim, pestes e doenças, alto custo dos insumos e baixo preço dos produtos agrícolas (especialmente durante o período da colheita) (Tabela 4).

Tabela 4 - Causas comuns da inadimplência segundo os agricultores

Causas <sup>a</sup>	Porcentagem
1. Condição climática ruim	59
2. Pestes e doenças	54
3. Custo alto dos insumos	47
4. Baixo preço dos produtos agrícolas	46

Nota: a – As respostas indicam mais de uma causa.

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base no total das respostas, as causas mais comuns da inadimplência no pagamento dos empréstimos são desvios de recursos, más condições climáticas, pestes e doenças, dificuldades enfrentadas pelos agricultores para comercializar seus produtos e baixos preços dos produtos agrícolas. (A interpretação dos problemas e causas devem ser feitas com precaução, em razão da natureza subjetiva das respostas).

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICA

As principais conclusões que são derivadas deste estudo são:

1. O nível de renda dos agricultores está diretamente relacionado com todas as características de supervisão, com exceção do “número de agricultores supervisionados”, que está relacionado inversamente com o nível de renda.
2. A posição de risco de crédito (bons ou maus credores) dos agricultores está diretamente relacionada com todas as variáveis agrícolas e relativas ao agricultor, com exceção da “distância entre a casa do agricultor e a fonte de crédito”, “tamanho da família do agricultor” e “necessidade de crédito”, que estão relacionados, inversamente, com a posição de risco de crédito dos agricultores.
3. Os bons credores (baixo risco de crédito) têm atitude relativamente positiva para com o crédito, reembolso e assistência dos supervisores, enquanto os maus credores têm atitudes negativas em relação a esses aspectos.

Os agricultores encontraram muitos problemas, ao tentarem afiançar empréstimos, enquanto o Esquema de Crédito Agrícola Supervisionado também teve problemas no desembolso e no controle dos empréstimos. Considerando-se os imensos benefícios que podem ser derivados de um esquema de crédito bem administrado, algumas recomendações são apresentadas a seguir.

1. O sucesso do esquema depende, em grande extensão, do pessoal encarregado da supervisão, visto que, se eles são bem remunerados, estarão em posição de oferecer o melhor de si. Assim, sugere-se que aos supervisores do esquema sejam dados encorajamento adequado e incentivo ao trabalho. Há também possibilidade de melhorar o bem-estar dos agricultores pelo emprego de supervisores mais qualificados e experientes, pois, como mostrado no estudo, o número de agricultores supervisionados por um supervisor tem relação inversa com seu nível de renda.
2. Esforços deveriam ser feitos para melhorar o nível de renda dos agricultores, por meio do aumento da produção, e melhorar o sistema de comercialização. A remoção de subsídios a insumos e os altos encargos de juros sobre os empréstimos, embora possam promover

uma proporção de fatores mais apropriada e permitir ao esquema adicionar capacidade de empréstimo ao longo do tempo, deveriam ser revistos. O modo súbito e extenso pelo qual a liberalização doméstica de mercado foi levada a cabo - frequentemente sob pressão do Fundo Monetário Internacional (IMF) - deixou muitos problemas em sua esteira, por exemplo, a desvalorização da moeda corrente local e a remoção de subsídios dos insumos importados do qual dependem, largamente, os agricultores para aumentar sua produção. Essa “Terapia de Choque”, como usada por alguns defensores dessa abordagem, leva ao rompimento as economias frágeis desses agricultores, mal preparados para a reforma. Os pequenos agricultores nigerianos geralmente são favoráveis às reformas de comércio, mas de modo que lhes dêem a chance de se adaptarem e fortalecerem suas habilidades para tirar proveito da nova abertura econômica. Onde a competição entre estes agricultores não é aguda, eles podem transportar seus produtos para mercados mais próximos e ainda podem obter melhores preços. Todavia, o transporte tornou-se, recentemente, um problema sério, desde que a maioria deles não é motorizado e o custo do transporte público é exorbitante. Por causa desses constrangimentos, o governo deveria levar a cabo um grande programa para melhorar as estradas do país das quais a maioria destes pequenos agricultores depende e também assegurar uma remoção gradual dos subsídios aos insumos e no crédito consedido.

3. Em razão de ser de grande utilidade, deveriam ser dados aos agricultores treinamento em administração rural e em técnicas de produção, pelos supervisores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alvarez-quintero, M. (1976), "Evaluation of Rural Development Programmes in Developing Countries: An Appraisal of Supervised Credit Programmes" Dissertation Abstracts International, Ohio State University, p. 167.
- Belshaw, H. (1959), *Agricultural Credit in Economically Underdeveloped Countries*, Rome, Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- Blundell, R. (1992). *Introduction to Microeconometrics*, Department of Economics, University College, London.
- Brossard, D. (1952), "Features of Supervised Credit in Latin America" *Proceedings of the International Conference on Agriculture and Cooperative Credit*, Berkeley, University of California, Vol. 1, p. 299-300.
- Chidebelu, A.N. (1983), "Problems of Small-Holder credit in South-Eastern Nigerian" *Agricultural Administration* 13(1), p. 1-9.
- Ijere, M.D, (1972), "Role and Future Organization of Agricultural Credit in East Central State" *Prelude to Green Revolution in East Central State of Nigeria*. Nwamife Publishers Ltd, Enugu, Nigeria, 148p.
- Maris, P.V. (1953), "Supervised Credit for the Near East" *Proceedings of the Agricultural Credit Conference*, Beirut, Lebanon.
- Uzoaga, O. (1977), "Agricultural Credit in Nigeria. A Mimeo, 8p.